

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO(A) DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE.

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2020

CLAREAR COMÉRCIO E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.567.270/0001-04, com sede na Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 844 – Cidade Alta – Natal/RN, vem a esta Comissão e seu Ilmo. Pregoeiro(a), por intermédio do seu representante legal, oferecer

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto por JR CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI, em desfavor da Decisão de Vossa Senhoria que, nos autos do processo licitatório em epígrafe, declarou a CLAREAR COMÉRCIO E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA EIRELI como vencedora do certame, o que faz com amparo no Edital e na legislação vigente, assim como nos termos fáticos e fundamentos jurídicos doravante articulados:

I – DA SÍNTESE DO RECURSO.

1. O Recurso Administrativo objeto desta peça de contrarrazões que a licitante JR CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI insurgiu-se contra a r. Decisão do Pregoeiro por meio da qual restou proclamada a classificação em 1º lugar da Recorrida.
2. Afirma a Recorrente, em suas razões de recurso que a proposta da Recorrida melhor classificada “se mostra inexequível diante do serviço contratado”.
3. Aduz, em específico que i) a cotação de férias está equivocada, ii) Transporte, calculo incorreto e iii) Uniforme abaixo do valor e pacote 7 calculado errado.
4. Os fundamentos recursais não merecem prosperar, tal como se passará a expor.

II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS.

II.I – Da proposta mais vantajosa apresentada. Da exequibilidade da proposta.

5. A tese recursal é de inexecuibilidade da proposta da Recorrida, sendo que da mera análise da Classificação dos licitantes após o encerramento dos lances comprova-se que a proposta é compatível com as demais concorrentes.

6. Com efeito, os 07 (sete) melhores classificados, dentre os quais se inclui a empresa Recorrente, possuem proposta com diferença bem próximas entre elas, demonstrando a ampla concorrência e aproximação dos preços ofertados, afastando qualquer indício de inexecuibilidade, tal como sustentado em Recurso.

7. Quanto à inexecuibilidade é de se ter que o preço somente será manifestamente inexequível quando o licitante não comprovar a sua viabilidade, sendo-lhe assegurada a oportunidade para tanto, tal como expresso na Súmula 262, vide:

“Súmula 262 – O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas a e b, da Lei nº 8.666/1993, conduz a uma presunção relativa de inexecuibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.”

Em razão da Súmula 262 do TCU acima transcrita, ao menos naquela Corte de Contas, encontra-se pacificado o entendimento no sentido de que os critérios objetivos definidores da inexecuibilidade da proposta de preço ofertada em um processo licitatório, configura-se, apenas, como presunção relativa, encontrando-se a Administração Pública compelida a notificar o licitante com o fim de permitir-lhe a demonstração da plausibilidade de seus preços e, uma vez comprovada a exequibilidade da proposta de preço apresentada, não restará outra medida à Administração Pública, senão, declarar dito licitante como adjudicatário do objeto lícitado.

8. As razões recursais no sentido da inexecuibilidade são infundadas e afastadas de plano quando em análise das normas que balizam o procedimento licitatório e em comparação com os demais concorrentes.

9. Logo, pede-se o não provimento do recurso ou subsidiariamente a oportunidade para a empresa demonstrar a viabilidade da sua proposta.

II.I – Da cotação do valor de férias. Da jurisprudência do TCU.

10. O Recorrente aduz que o valor cotado para o provisionamento das férias está incorreto, em contradição ao Edital e a IN 05/2017.

11. A princípio registre-se que é extenso o rol de decisões do Tribunal de Contas da União - TCU (Decisão nº 265/2002, Acórdãos nº 657/2004, nº 1.699/2007, nº 650/2008 e nº 381/2009, todos do Plenário, e Acórdão nº 732/2011, da Segunda Câmara), no sentido de considerar ilegal a fixação de percentuais mínimos para encargos sociais, pela afronta ao inciso X do art. 40 da Lei 8.666/93, in verbis:

"(...) Art. 40. O edital (...) indicará, obrigatoriamente, o seguinte: (...)

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48 [referem-se às propostas com preços inexequíveis];" (grifamos)

12. Ou seja, "de acordo com o entendimento predominante no TCU, é indevida a fixação de percentual para encargos sociais e trabalhistas". Nesse sentido, expôs o entendimento do TCU sobre a matéria, veiculado na relatoria do Acórdão 1407/2014 – Plenário.

13. A jurisprudência, pois, é firme no sentido da impossibilidade dos editais fixarem os valores e percentuais mínimos dos encargos sociais, até porque somente são estabelecidos por Lei aqueles relativos aos encargos previdenciários incidentes na folha de pagamentos, dispostos no Grupo A da Planilha de Custos e Formação de Preços, a saber:

1. INSS (artigo 22, inciso I da Lei nº 8.212/91);
2. SESI/SESC (artigo 30 da Lei nº 8.036/90);
3. SENAI /SENAC (Decreto-Lei nº 2.318/86);
4. INCRA (artigos 1º e 2º do Decreto-Lei nº 1.146/70);
5. Salário Educação (art. 15, da Lei nº 9.424/96; art. 2º do Decreto nº 3.142/99; e art. 212, § 5º da CF);
6. FGTS (art. 7º, Inciso III, da Constituição Federal e artigo 15 da Lei nº 8.030/90);
7. SEBRAE (Lei nº 8.029/90)
8. RAT x FAP (artigo 22, inciso II, da Lei nº 8.212/91 e Decreto nº 6.957/2009).

14. Todos os demais encargos sociais não possuem previsão legal, existindo parâmetros de rotina administrativa que podem ser utilizados para se presumir o seu custo, sem que, no entanto, lhe seja imposto, por força cogente, determinado percentual, dentre os quais: férias, aviso prévio e 13º salário.

15. Logo, sendo o pagamento ocorrido nos termos do que preceitua o artigo 129 e o inciso I, artigo 130, do Decreto-Lei nº 5.452/43 – CLT, há plena regularidade do percentual cotado pela empresa vencedora com o percentual para Férias de 11,11%.

II.III – Da Cotação a menor do Vale Transporte.

16. O Recorrente insurge-se, ainda, em relação ao fato da empresa vencedora apresentar valor da passagem para a Cidade do Natal abaixo do atual, querendo induzir ao erro um valor de R\$ 4,15 (quatro reais e quinze centavos).

17. Como é sabido, a passagem na Cidade do Natal é no valor de R\$ 3,90(três reais e noventa centavos) para cartão eletrônico e R\$ 4,00(quatro reais) em espécie, conforme portaria no Diário Oficial do Município em 17 de maio de 2019.

II.IV – Da Cotação do Uniforme.

18. Quanto aos valores dos Uniformes, não podemos tomar como balizador o valor do Ministério da Economia, uma vez que cada Empresa tem sua realidade de mercado. A nossa por exemplo, possui fabricação própria em grandes quantidades, possuindo estoques, podendo assim reduzir o seu preço ao máximo, nos colocando para diligências do próprio Órgão.

II.IV – Da Cotação dos Pacotes de Serviços.

19. Todos os pacotes foram calculados conforme determinados no Termo de Referência para cada tipo de função.

20. Ora, Ilustre Pregoeiro, a recorrente tenta construir um raciocínio que não se adequa à realidade fática inerente ao processo licitatório em questão, sendo certo que a sua conduta afigura-se, absolutamente, oportunista e descabida, porquanto seja nítido o seu intuito de tumultuar o certame, procrastinando a sua conclusão, a fim de evitar a homologação do resultado e a adjudicação em favor da recorrida, tudo em virtude do seu inconformismo pela derrota na concorrência, não merecendo prosperar, portanto, sob qualquer hipótese, a tese recursal em testilha.

III – DOS REQUERIMENTOS.

21. Ante os fatos e fundamentos expostos, postula a Recorrida, por intermédio de CONTRARRAZÕES, que o RECURSO ADMINISTRATIVO interposto seja julgado inteiramente IMPROCEDENTE, devendo permanecer incólume, pelos seus próprios fundamentos, a r. Decisão atacada, com a manutenção da classificação da Recorrida e homologação da sua proposta

Termo em que
pede deferimento

Natal, 04 de junho de 2020.

CLAREAR COMERCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EIRELI
Jonas Alves da Silva.

Fechar